

Artigo – Seção Estado, Organizações e Sociedade

A insustentabilidade do trabalho de Sísifo: observações críticas sobre o desenvolvimento sustentável a partir do caso de Macaé-RJ

Matheus Thomaz da Silva¹
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ/NUPEM
Giuliana Franco Leal²
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ/NUPEM

RESUMO

O artigo apresenta uma leitura crítica da noção de desenvolvimento sustentável a partir do caso do município de Macaé, no Estado do Rio de Janeiro. A partir de uma base teórico-metodológica da epistemologia ambiental e da ecologia política, buscou-se compreender as marcas da colonização e dependência, para então analisar a noção de desenvolvimento, metaforicamente apontada como o trabalho de Sísifo. Com essa base, foi possível destacar os limites da ideia de desenvolvimento sustentável, com uma revisão de literatura e leitura crítica dos documentos “Nosso futuro comum” e Agenda 21. Por fim, observou-se o caso de Macaé-RJ, município que teve um crescimento econômico de grandes proporções a partir da última década do século XX, bancado pela consolidação da indústria extrativista de petróleo no local. As contradições indetificadas entre esse crescimento e a noção de desenvolvimento sustentável mostram que o município, mesmo com importantes avanços, não alcançou um desenvolvimento sustentável. Com uma revisão de literatura que trata dos indicadores e questões econômicas, sociais e de sustentabilidade, percebeu-se que o desenvolvimento social está aquém do crescimento econômico do município, além de haver problemas ambientais relativos à qualidade das águas e à supressão de vegetação nativa, entre outros. Dessa forma, Macaé - assim como Sísifo, ao rolar sua pedra, com suor a escorrer pela testa empoeirada - segue obstinada a alcançar o desenvolvimento sustentável, sem sucesso.

Palavras Chave: Colonialismo. Desenvolvimento. Desenvolvimento sustentável. Macaé.

ABSTRACT

This paper presents a critical reading of the notion of sustainable development, based on the case of Macaé, in the state of Rio de Janeiro. From a theoretical-methodological basis of environmental epistemology and political ecology, we try to understand the marks of colonization and dependence, and then we analyze the notion of development, metaphorically pointed out as the work of Sisyphus. On this basis, it was possible to highlight the limits of the idea of sustainable development, by making a literature review and a critical reading of the documents “Our common future” and “Agenda 21”. Finally, we researched the case of Macaé - RJ, which had a great economic growth since the last decade of the twentieth century, supported by the consolidation of the extractive petrol industry. The contradictions identified between the growth and the notion of sustainable development show that the city, despite important avances, has not achieved a sustainable development. With a literature review on social, economics and sustainability issues and indicators, it was noticed that social development falls short of the city’s economic growth, in addition to environmental problems related to water quality and the suppression of vegetation. Thus, Macaé - like Sisyphus, when rolling his boulder - remains obstinate to achieve sustainable development, without success.

Keywords: Colonialism. Development. Sustainable development. Macaé.

¹ Professor do Departamento de Serviço Social do Instituto de Ciências da sociedade e desenvolvimento regional (ESR) da Universidade Federal Fluminense (UFF) Doutorando em Ciências Ambientais e Conservação pela Programa de Pós Graduação em Ciências Ambientais e Conservação UFRJ/NUPEM.

² Professora na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em Macaé, atuando na graduação e na pós-graduação stricto sensu e lato sensu, líder do Grupo de Pesquisas em Estudos Socioambientais e Ecologia Política, no Instituto NupeM/UFRJ.

*Vi Sísifo, anelante e afadigado,
Em pés e mãos firma-se, pedra ingente
Para um monte empurrando, e lá do cume
Galgado por Crateis, rolar de novo
O pertinaz penedo; ei-lo persiste,
O Suor escorre e a testa se empoeira.
(Homero – Odisséia – Livro XI – Verso 466)*

Introdução

A ideia do Desenvolvimento Sustentável tem sido um objetivo³ a ser alcançado para muitos países, estados e municípios, mas também é uma concepção que orienta discursos e ações diversas. Só por isso, já é uma concepção que merece ser estudada pelas ciências sociais. Em que pese seu caráter polissêmico, tornou-se uma categoria hegemônica em debates públicos. Na concepção dominante, crescimento econômico integra a ideia de desenvolvimento sustentável, como um de seus requisitos, mas ambos não se equivalem. Em sociedades que alcançaram níveis altos de crescimento econômico, o que falta para que se atinja o desenvolvimento sustentável?

Um olhar sobre sociedades que vivem essa situação é importante para elas próprias e também para que um público mais amplo possa pensar a questão relacionalmente. Sob esse pressuposto, olhamos para o município de Macaé (RJ), que experimentou crescimento econômico vertiginoso entre as décadas de 1970 e 2020. No entanto, temos por hipótese que o município teve pouco sucesso em trilhar o caminho do desenvolvimento sustentável. Neste artigo, apresentamos evidências que sustentam essa hipótese e discutimos as razões que levam a esse cenário.

Para isso, inicialmente compreendemos a ideia de desenvolvimento dentro das relações entre modernidade e colonialismo, sob a perspectiva da teoria da dependência. Em seguida, procuramos entender como a ideia de desenvolvimento sustentável emerge e se desenvolve hegemonicamente no mundo e então indicamos seus principais limites, com especial atenção à agenda 21. Na sequência, pensamos a inserção de Macaé no projeto neodesenvolvimentista, com ênfase às suas relações com os ciclos do petróleo; por meio de dados documentais, pensamos a inserção de Macaé na Agenda 21; e, ainda, apontamos as contradições entre o crescimento e o desenvolvimento sustentável em Macaé. Por fim, chegamos a respostas sobre os limites que Macaé encontra para atingir o desenvolvimento sustentável e as razões que levam a isso, traçando relações entre o município e o contexto nacional e latino-americano.

Bases teórico-metodológicas da pesquisa

Como bases teórico-metodológicas, recorreremos à Epistemologia Ambiental e à Ecologia Política. Consideramos que a questão ambiental torna-se central para a análise do objeto, mas também para um olhar geral. Para Leff (2012), a questão ambiental é a expressão da totalidade, pois a natureza não é algo externo ou que deva ser conquistado pelo homem, mas pelo contrário: o homem é parte do ambiente e ao pensar sobre si e seu desenvolvimento deve ter no ambiente, em sua totalidade, o seu olhar privilegiado.

O saber ambiental apresenta-se numa nova *episteme*, uma nova relação entre o ser e o saber, construindo-se em um encontro de distintas visões de mundo, abrindo espaço para a diversidade, para o questionamento da história de uma verdade construída na modernidade e vislumbrando o encontro do conhecimento com a utopia de novas construções reais. O centro desloca-se do ser e caminha em direção às condições de existência do ser, do ambiente que condiciona sua existência. Assim, abandona-se a perspectiva do homem em geral, da ontologia

³ Em 2015 a Assembleia geral das Nações Unidas estabeleceu em um documento 17 metas globais as quais determinou como Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável e estabeleceu a agenda 2030.

do ser social, cristalizado no Homem moderno ocidental, possibilitando o reconhecimento de diferentes olhares para a relação homem-natureza, colocando como ponto de partida as condições para a existência do ser (LEFF, 2012).

Nesse deslocamento epistêmico, emerge como campo do conhecimento transdisciplinar a Ecologia Política, que parte de uma crítica ontológica da epistemologia moderna e tem como seus elementos fundacionais: a biodiversidade, a ordem ecológica e os simbolismos presentes nas diversas culturas. Ela busca compreender as relações de poder que se entrecruzam entre os sujeitos locais e o mundo globalizado.

As bases epistemológicas são buscadas no contexto das lutas ambientais: *“La ecología política reconoce en el ambientalismo luchas de poder por la distribución de bienes materiales (valores de uso)”* (LEFF, 2003, p. 27). Desse modo, a Ecologia Política apresenta-se como um campo teórico-prático, é a construção de um novo território do pensamento crítico e de ação política. É preciso pensar nesse campo relacionando-o à questão ambiental com um futuro sustentável.

No contexto da Ecologia Política, é preciso considerar a questão das marcas da colonização. A conquista da América é parte de um processo que tornou o pensamento ocidental como universal. Além disso, é um marco civilizatório que distancia a humanidade de um suposto estado de natureza.

O que começou a se formar a partir da América, este possui em comum três elementos centrais que afetam a vida cotidiana da totalidade da população mundial: a colonialidade do poder, o capitalismo e o eurocentrismo” (Quijano, 2005, p. 54).

O campo crítico da Ecologia Política apresenta-se como um processo de resistência do conhecimento à colonização imposta na América Latina. Emerge uma nova perspectiva epistêmica, crítica, não só como um espaço de investigação, mas também como uma prática pedagógica de transformação social.

Sob essas bases teórico-metodológicas pretende-se debruçar um olhar crítico sobre a questão do desenvolvimento que considere outras possibilidades e adentre a perspectiva decolonial, para então construir um olhar local acerca dos ciclos de desenvolvimentos pautados na indústria do petróleo e a respeito dos limites que se oferecem ao desenvolvimento sustentável.

Métodos de pesquisa

Este artigo procura compreender a situação da cidade de Macaé em relação à questão central da pesquisa – a situação e as contradições da cidade quanto ao desenvolvimento sustentável e suas causas – a partir de uma pesquisa bibliográfica.

Inicialmente, recorreremos a uma bibliografia que nos permite relacionar o particular – a situação de Macaé, desde a década de 1970 até 2020 – e o universal, nos aspectos que nossos pressupostos teórico-metodológicos (explicitados no item acima) mostram-se centrais para a questão abordada: as relações de poder que perpassam a questão ambiental, sob o modo de produção capitalista, com bases coloniais/racistas e patriarcais.

Em um segundo momento, recorreremos a uma bibliografia que resgata, compila e sintetiza dados empíricos de ordem social, econômica e ambiental. Todos esses textos, publicados no último ano, foram escolhidos por usarem indicadores e evidências empíricas referentes aos temas centrais para esta pesquisa e ao período compreendido no seu recorte temporal.

Ao agregar e relacionar diferentes estudos para responder a uma nova questão, esta pesquisa mostra sua originalidade. A interpretação de seus resultados passa por um novo olhar sobre a cidade pesquisada, sob os enfoques conceituais e históricos construídos à luz dos parâmetros teórico-metodológicos da Epistemologia Ambiental e da Ecologia Política (em uma abordagem diferente daquelas feitas pelos estudos aqui utilizados). Interpretam-se os resultados comparando-se as promessas contidas na noção de desenvolvimento sustentável e os indicadores e dados concretos sobre aspectos sociais, econômicos e ambientais do município.

Como toda pesquisa com uma pergunta ampla, é possível que escapem dados existentes mas não discutidos, exigindo novas pesquisas – as quais eventualmente possam questionar a presente pesquisa, como é da natureza do fazer científico.

Desenvolvimento, colonialidade e neoextrativismo

A questão do desenvolvimento é ponto necessário para compreender os processos locais. Mais ainda, a crítica ao desenvolvimento precisa ser construída nos marcos do pensamento decolonial, que considere como elemento central a colonização ocorrida na América Latina, as marcas desse processo e os elementos para seu enfrentamento.

Desde 1949, quando o presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, estabeleceu a divisão global entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, constituiu-se um paradigma a ser alcançado: tornar-se desenvolvido. O bem estar, o crescimento econômico e a redução das desigualdades seriam encontrados nessa utopia chamada desenvolvimento. Para alcançar seus objetivos foram construídas muitas argumentações científicas, que Santos (2015) classificou da seguinte forma:

A característica principal dessa literatura era a de conceber o desenvolvimento como adoção de normas de comportamento, atitudes e valores identificados com a racionalidade econômica moderna, caracterizada pela busca da produtividade máxima, a geração de poupança e a criação de investimentos que levassem a acumulação permanente da riqueza dos indivíduos e, em consequência, de cada sociedade nacional (Dos Santos, 2015, p. 18).

A divisão entre subdesenvolvidos e desenvolvidos foi a forma como os países do eixo central do mundo capitalista, o Norte Global, estabeleceram para consolidar sua hegemonia. O paradigma a ser alcançado incluía a industrialização e o padrão de vida dos desenvolvidos. Com isso, começou a disseminação da ideia de que o padrão desenvolvido seria alcançável, desde que fossem seguidas as orientações dos países autoproclamados como desenvolvidos.

O conceito de subdesenvolvimento é idêntico ao de situação pré-industrial. O subdesenvolvimento seria, portanto, uma situação anterior desenvolvimento econômico pleno. [...] a tese central da teoria do desenvolvimento assevera que o desenvolvimento econômico representa um continuum no qual o subdesenvolvimento constitui uma etapa anterior ao desenvolvimento pleno. Este representaria, porém, algo acessível à (sic) todos os países que se empenhassem em criar condições necessárias para tal (Marini, 2010, p.105).

O que se buscava era um encontro com a modernidade, no sentido de que o mundo moderno é o mundo industrial. No entanto, esse mundo moderno, que para Immanuel Wellrstein e Anibal Quijano é um sistema mundo (como citado em Porto-Gonçalves, 2017), refere-se a um padrão de poder que se estabelece com a conquista da América, e só pode existir pela conquista e colonização de outras sociedades.

É que, com frequência, esquece-se que junto com o processo de modernização se deu o de colonização. Não fosse a colonização da América, a Europa não teria reunido forças para se impor ao mundo como seu verdadeiro centro hegemônico. [...] A descoberta da América foi decisiva para a consolidação da hegemonia europeia no mundo e isso ao preço da servidão, etnocídio e, até mesmo, genocídio de povos indígenas e da escravidão para fins de produção mercantil de negros trazidos da África (Porto-Gonçalves, 2017, p. 24).

Assim, a globalização, que começa nas grandes navegações, alcança a ontemporaneidade, carregando os traços racistas da colonização pela conquista dos povos fora da Europa. Há uma tríade, para o autor, nesse processo: modernidade-colonialidade-racialidade. Esses elementos atravessam as quatro etapas do desenvolvimento histórico

1. O colonialismo e a implantação da Moderno-colonialidade (do século XV-XVI ao século XVIII... até hoje);
2. O Capitalismo Fossilista e o Imperialismo (do século XVIII ao início do século XX... até hoje);
3. O capitalismo de Estado Fossilista Fordista (de 1930 aos anos 1960-70... até hoje);
4. A Globalização Neoliberal ou Período Técnico-científico-informacional (dos anos 1960 até hoje) (Porto-Gonçalves, 2017, p. 23).

Essa relação aprofunda-se durante os anos 1970, num contexto de grandes transformações na sociedade. É o tempo da globalização neoliberal. Porto-Gonçalves (2017) destaca que mesmo nesse período histórico as marcas coloniais permanecem presentes, tendo nas políticas de ajuste, recomendadas pelos organismos internacionais, seu principal

instrumento de dominação política.

Nesse período há uma alteração da perspectiva em relação à natureza. Até então, o domínio da natureza era visto como a solução para o desenvolvimento. A seguir, com a percepção da finitude de recursos naturais e o avanço predatório sobre a natureza, a questão ambiental se legitima como uma problemática a ser considerada no planejamento do desenvolvimento.

O período histórico de globalização neoliberal que legitimou a questão ambiental é, paradoxalmente, aquele que levou mais longe a destruição da natureza. Jamais, em um período de 30 anos, em toda história da globalização que se iniciou em 1942, foi tamanha a devastação do planeta! (Porto-Gonçalves, 2017, p,52).

Essas questões ambientais têm sua origem desde a conquista das Américas, onde, pelo extrativismo de elementos da natureza nativa americana, coletou-se tudo que se podia, degradando a terra e saqueando seus frutos. Para os povos que aqui habitavam, os frutos e riquezas eram oriundos da Mãe Terra. Todo material recolhido, agora transmutado para a forma de recursos naturais, foi transportado para a Europa.

Esse imenso volume de matéria foi ressignificada, transformando-se em matéria-prima essencial para os saltos tecnológicos e demográficos do Velho Mundo. A indústria nascente ganhava sustância com a matéria prima vinda das Américas, enquanto uma nascente classe trabalhadora armazenava sua energia para o trabalho por meio dos alimentos produzidos e retirados das colônias. Foi quando a natureza virou recurso que viabilizou o nascimento da sociedade moderna.

O extrativismo, desde seus primórdios, está na base do caráter dependente das nações colonizadas ao sul do Equador. É nesse sentido que é preciso olhar a teoria da dependência que se constrói no contexto latino no início da década de 1970. Afirma Marini:

Forjada no calor da expansão comercial promovida no século 16 pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve com estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento, que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria. [...] É a partir de então que se configura a dependência, entendida com o uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes (Marini, 2011, pp. 133-134).

No contexto da colonialidade do poder, que se mantém ao longo dos séculos, estão inseridas as relações político-econômicas extrativistas sob novas roupagens. No século XXI, o neoextrativismo apresenta-se como um modelo neocolonial que se estende a toda a América Latina (para ficarmos restritos ao nosso continente, pelo recorte deste artigo) (Svampa, 2016). Por aquele termo, estamos nos referindo às atividades de extração de matérias primas para exportação. No Brasil, isso acontece principalmente com produtos agropecuários e minérios, em especial com o petróleo.

Do modelo neoextrativista, derivam consequências que levam ao questionamento do desenvolvimento, por vários motivos. Primeiramente, pelas consequências empobrecedoras da economia, que dificultam até a ideia mais básica de desenvolvimento: fragilização frente a crises (como Macaé bem sabe, pelo seu sofrimento quando houve em anos recentes uma crise do petróleo, tanto por questões políticas nacionais quanto por uma crise internacional baixando o preço dessa *commoditie*), enclaves de exportação e reprimarização da economia. Em segundo lugar, pela exclusão das coletividades que não se encaixam naquele modelo (Svampa, 2016). Por fim, pela extrema exploração da natureza (Alier, 1998).

Essa onda neoextrativista, de acordo com Svampa (2012), apresenta-se como um modelo de acumulação que a autora denomina de consenso das *commodities*, um processo de expansão de projetos de desenvolvimento baseados na extração e exportação de bens naturais em larga escala.

Denominamos como Consenso de los commodities [...] el ingreso a un nuevo orden económico y político, sostenido por el boom de los precios internacionales de las materias primas y los bienes de consumo, demandados cada vez más por los países centrales e las potencias emergentes (Svampa, 2012, p. 16).

É dentro desse contexto de colonialidade, dependência e neoextrativismo que apresentamos o recorte espacial, pois o olhar deve mirar na incansável busca pelo desenvolvimento, como a condenação de Sísifo em rolar sua pedra de mármore até o topo da montanha eternamente, visto que ao quase chegar, cai a pedra e tudo recomeça.

Na mitologia grega, Sísifo era considerado o mais esperto dos mortais, tendo enganado os deuses da morte por duas vezes. Todavia, como um mortal, a velhice trouxe para ele a morte. Ao chegar no mundo dos mortos, recebeu como punição esse trabalho enfadonho e repetitivo, um castigo para que ele nunca se esqueça de que os mortais não têm a liberdade dos deuses.

Em uma perspectiva metafórica com o trabalho de Sísifo, sob o olhar da teoria da dependência nos países latinos colonizados, a busca por superar o subdesenvolvimento é como o trabalho de Sísifo, um eterno dependente de sua condenação: os países periféricos se equivalem aos mortais, que nunca devem ser esquecer que somente os Deuses, países do eixo central do capitalismo, possuem a liberdade. Assim, a busca por superar o subdesenvolvimento é como o trabalho de Sísifo.

Desenvolvimento e sustentabilidade

Nesse percurso, a questão ambiental atravessa a busca pelo desenvolvimento. A preocupação ambiental ganha impulso com o esgotamento da onda longa expansiva do capital, os chamados “trinta anos gloriosos do capitalismo”, que compreendem o período entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a crise do petróleo nos anos 1970. Desde então, a humanidade passou a preocupar-se com os limites que a natureza poderia lhe oferecer. A crença da modernidade no crescimento infinito foi abalada pela percepção de que não será possível retirar minérios e combustível fóssil *ad eternum*.

Os primeiros debates que formularam as ideias sobre desenvolvimento, meio ambiente e a finitude dos insumos que a natureza nos fornece são originários do Clube de Roma, um convívio de multimilionários que se reuniu para debater sobre o futuro da humanidade. O ano de fundação do Clube de Roma, 1968, é também o momento histórico da emergência dos novos movimentos sociais, dentre eles os movimentos ecológicos e ambientais. As teses do Clube de Roma relacionavam crescimento demográfico, especialmente nos segmentos mais pobres, a poluição e as crises na produção de alimentos.

Na sequência, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o *Homem e o meio ambiente* em Estocolmo, na Suécia, no ano de 1972. A declaração aprovada indica o caminho do desenvolvimento como garantia de melhores condições entre meio ambiente e a humanidade.

A Declaração de Estocolmo afirmou que a “proteção e o melhoramento do meio ambiente humano” como uma questão fundamental ao mesmo tempo que considera ser o desenvolvimento econômico e social indispensável para assegurar ao homem um ambiente de vida e de trabalho favorável e para criar na Terra as condições necessárias para a “melhoria da qualidade de vida” (Silva, 2010, p. 169).

A Conferência de Estocolmo é um importante marco em relação à questão ambiental, colocando-a em outro patamar de visibilidade no contexto das relações internacionais. Para o professor Aristides Soffiati, é nessa conferência que nasce o conceito de *Ecodesenvolvimento*, que, “em síntese, (...) significa crescimento econômico respeitando os limites dos ecossistemas” (Soffiati, 2016, p. 24). Soffiati aprofunda o conceito e apresenta cinco dimensões do ecodesenvolvimento que são destacadas por Ignacy Sachs: sustentabilidade ecológica, sustentabilidade social, sustentabilidade espacial, sustentabilidade cultural e sustentabilidade econômica.

As discussões globais em torno da questão ambiental tiveram um capítulo decisivo, em seguida, com a apresentação do relatório “Nosso Futuro Comum”, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Esse relatório apresentou como objetivo central o desenvolvimento sustentável. Consta que “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (Nosso Futuro Comum, 1991, p. 46). Segundo o documento, dois conceitos são chaves para a compreensão: “necessidades essenciais” e “limitações” para o uso do meio ambiente.

O documento é explícito no que diz respeito à defesa do crescimento econômico como caminho para o desenvolvimento sustentável. De acordo com o relatório, o crescimento é essencial nos locais em que não se atingem as necessidades essenciais, e é compatível com as regiões em que já são atendidas.

A satisfação das necessidades essenciais depende em parte de que se consiga o crescimento potencial pleno, e o desenvolvimento sustentável exige claramente que haja crescimento econômico em regiões onde tais necessidades não estão sendo atendidas. Onde já são atendidas, ele é compatível com o crescimento econômico, desde que esse crescimento reflita os princípios amplos da sustentabilidade e da não-exploração dos outros (Nosso Futuro Comum, 1991, p. 47).

O relatório também representa a natureza como uma fonte de recursos para a humanidade. A forma como é expressa a relação ambiente e sociedade, numa linguagem técnica corporativa, não compreende humanidade como natureza. Parece a reafirmação dos paradigmas do progresso em que a natureza foi cunhada como algo a ser dominado e posto a serviço da sociedade.

O desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (Nosso Futuro Comum, 1991, p. 49).

Em torno desses eixos, os movimentos ambientais orientam-se globalmente, chancelando e impulsionando as ideias neoliberais que se tornavam hegemônicas entre as décadas de 1980 e 1990. A sustentabilidade que parte desse contexto relaciona desenvolvimento, eficiência e ajuste.

Para Soffiati, o desenvolvimento sustentável era em essência a mesma noção de ecodesenvolvimento que sobressaiu na Conferência de Estocolmo, “todavia, a retirada do radical eco permitiu que a palavra sustentabilidade fosse apropriada pelos governos, banqueiros e empresários com significados mais distintos, de acordo com seus interesse” (SOFFIATI, 2016, p. 25). Para o autor, os governantes querem o mesmo desenvolvimento de sempre com outro nome, os banqueiros querem créditos sustentáveis sem se importar que sejam gastos com atividades produtivas poluentes e o industrial compreende a sustentabilidade como a estabilidade de seus lucros.

Para o economista Joan Martinez Alier, a busca do desenvolvimento sustentável é por conciliar o crescimento econômico com a capacidade de sustento, definida da seguinte forma:

A “capacidade de sustento” de um território concreto significa o máximo de população de uma espécie dada que pode ser mantido indefinidamente, sem que se produza uma degradação na base de recursos que possa significar uma redução da população no futuro (Kirschner, Ledec, Googland & Drake, 1985, p. 45 como citado em Alier, 1998, p. 108)

O autor também destaca a centralidade que o relatório Brundtland dá à pobreza, tanto como grande mal do mundo, quanto como principal fonte da degradação ambiental. Culpam-se os pobres pela pobreza e pela destruição da natureza.

A principal mensagem do Informe Brundtland foi precisamente que a pobreza é causa de degradação ambiental e daí a explícita recomendação de um caminho de crescimento econômico de três por cento ao ano no Sul. [...] O crescimento econômico (rebatizado como “desenvolvimento sustentável”) é um remédio ao mesmo tempo contra a pobreza e contra a degradação ambiental: essa foi a mensagem de Brundtland, que relegou a um segundo plano a questão da redistribuição e da equidade (Alier, 1998, p. 100).

No que tange à problematização da pobreza, um primeiro ponto destaca que, quanto mais pobre o indivíduo, mais provavelmente ele acaba por utilizar lenha ou carvão vegetal como combustível doméstico e esses itens são trocados por eletricidade e gás com incremento da renda familiar.

A pobreza ocasiona a destruição da cobertura arborea, com efeitos na erosão do solo e no ciclo da água, e o uso de esterco, como combustível alternativo para cozinhar ou aquecer, causa a redução da fertilidade do solo (Godoy, 1984; Winterhalder et al., 1974 como citado em Alier, 1998, p. 122).

Nesse sentido:

Sair da pobreza, ou seja, incrementar a renda, pode levar, portanto, a uma diminuição do uso de energia exossomática, já que grandes quantidades de lenha podem ser substituídas por pequenas quantidades de combustíveis fósseis (Alier, 1998, p. 124).

Como o *Relatório Nosso Futuro Comum* é apresentado num contexto das ideias

neoliberais, o conceito de desenvolvimento sustentável, que daí deriva e entra em fase de implementação, é impregnado pelas recomendações de ajuste dos organismos internacionais.

A ideia do desenvolvimento sustentável ganha um aprofundamento em 1992, no Rio de Janeiro, na Conferência da Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco-92. Uma das principais elaborações do encontro foi a *Agenda 21*, um programa de ação para se alcançar o desenvolvimento sustentável.

Este se constitui em uma metodologia de implementação do desenvolvimento sustentável nas seguintes bases: preservação da biodiversidade, manejo dos recursos naturais, justiça econômica e social e participação dos diferentes segmentos sociais, cabendo a cada país instituir uma agenda nacional e agendas locais em estados e municípios (Loureiro, 2006, p. 39).

O documento da *Agenda 21* global reforça a perspectiva colocada no relatório *Brundtland* de que o crescimento econômico é um fator preponderante para se alcançar o desenvolvimento sustentável.

Tanto as políticas econômicas dos países individuais como as relações econômicas internacionais têm grande relevância para o desenvolvimento sustentável. A reativação e a aceleração do desenvolvimento exigem um ambiente econômico e internacional ao mesmo tempo dinâmico e propício juntamente com políticas firmes no plano nacional (*Agenda 21 Global*, 1992, cap. 2, p.1).

A *Agenda 21* Brasileira segue pelo mesmo caminho:

Traz mais empregos, mais renda, mais bens e serviços à população. Quanto mais rápido o ritmo do crescimento, maiores as chances de incluir um número maior de famílias nos padrões civilizados de consumo privado e público. O crescimento econômico é, no entanto, uma condição necessária, mas não suficiente, para o desenvolvimento sustentável (*Agenda 21 Brasileira*, p.23).

Da mesma forma, os ajustes econômicos são recomendados pela *Agenda 21 global* em total acordo com as propostas neoliberais. A questão ambiental vai criando identificações com o modelo hegemônico e isso formata as políticas voltadas ao tema.

Em diversos países são necessárias políticas voltadas para a correção da má orientação dos gastos públicos, dos mercados déficits orçamentários e outros desequilíbrios macroeconômicos, das políticas restritivas e distorções na áreas das taxas de câmbio, investimentos e financiamentos, bem como dos obstáculos à atividade empresarial (*Agenda 21 Global*, cap. 2, p. 10).

Novamente, a *Agenda 21* brasileira, não só reafirma a perspectiva do ajuste, como deixa essa noção explícita em seu texto.

Não resta dúvida de que a reforma do Estado tem se constituído em um vigoroso evento portador de mudanças no Brasil [...] a economia brasileira passou a dispor de melhores condições institucionais e oportunidades econômicas para configurar um ciclo de expansão, neste início do século XXI. A economia brasileira tornou-se, pois, mais aberta, menos regulamentada, mais privatizada e, portanto, mais propensa ao crescimento sustentado. (*Agenda 21 Brasileira*, p. 21)

O tema do desenvolvimento sustentável voltou a aparecer em outros documentos oficiais da ONU, como a *Carta da Terra* e a *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. A primeira foi aprovada na sede da UNESCO, em março de 2000, mas a proposta de sua existência pela Comissão Mundial das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento data de 1987. Nesta carta, é proposta uma aliança global para o cuidado pela Terra, tendo como princípios gerais: o respeito ao planeta e os seus ecossistemas; a adoção de padrões de produção, consumo e reprodução compatíveis com sua capacidade regenerativa; a construção da democracia; a promoção da cultura da paz; a erradicação da pobreza e distribuição equitativa das riquezas entre nações e dentro delas (*Carta da Terra*, 2000).

Parte dessas propostas se repetiriam na *Agenda 2030* para o Desenvolvimento Sustentável, assinada por chefes de Estado e de governo e altos representantes reunidos na sede da ONU, em setembro de 2015. O documento apresenta objetivos e metas globais a serem atingidos até 2030, a partir de parceria entre nações: erradicação da pobreza; redução de desigualdades; promoção da saúde; segurança alimentar e nutricional; educação equitativa e inclusiva de qualidade; igualdade de gênero; trabalho decente; paz, justiça e inclusão para as sociedades; universalização do saneamento e do acesso à energia; sustentabilidade na gestão da água; inclusividade e sustentabilidade nas cidades e assentamentos humanos; crescimento econômico sustentado, com infraestrutura e indústrias sustentáveis; padrões de produção e consumo sustentáveis; conservação dos oceanos, mares e recursos hídricos, bem como dos ecossistemas terrestres; medidas para combate às mudanças climáticas e seus efeitos; parceria global para a implementação das ações visando esse conjunto de objetivos (ONU, 2015).

No processo de construção e solidificação da noção de desenvolvimento sustentável, do final dos anos 1960 até a RIO-92, pouco se avançou na questão ambiental quanto aos enfiamentos na questão central, o modo de produção capitalista e sua tríade nefasta: extrativismo, produtivismo e consumismo. Tampouco estes problemas são superados até o momento em que escrevemos este artigo, ainda que novos documentos tenham se somado em propostas em torno daquela noção.

A saída que aponta a construção desse desenvolvimento sustentável construído nesses moldes é a culpabilização dos pobres, o estabelecimento de metas e ajustes aos países do Sul global e o exercício da fé no crescimento econômico infinito. Dessa forma, a própria ideia de desenvolvimento, com ou sem qualificativos, já tem uma série de problemas, e alguns desses problemas a colocam em total contradição com a ideia de sustentabilidade.

Entre as principais contradições, estão os seus pressupostos de crescimento constante, inviáveis para o planeta. Além disso, o estilo de vida dos países do Norte global, com alto consumo de fontes de energia e matérias-primas só consegue se sustentar com uma expropriação da natureza que seria impossível se abarcasse toda a população do planeta. Para exemplificar, existe um cálculo, feito pela ONG WWF, chamado *pegada ecológica*, que corresponde à quantidade de áreas produtivas necessárias para a produção de bens e serviços usados. Os países mais desenvolvidos, em especial aqueles que produzem mais petróleo, são os que apresentam maior *pegada ecológica*.

Para que algumas populações no mundo chegassem a esse nível de consumo, foi necessário que o capitalismo avançasse sobre muitos territórios, o que significou passar por cima de populações que ali estavam com outros modos de vida que não se encaixavam nos padrões econômicos dominantes. Só na América Latina, por exemplo, quantos indígenas morreram durante a colonização? Quantos continuaram morrendo, inclusive no século XX, quando o garimpo, a agropecuária e as missões evangelizadoras avançaram sobre territórios de povos indígenas que até então não tinham contato com a civilização ocidental?

Acrescente-se a isso a inserção da ideia de desenvolvimento em uma racionalidade carregada de um utilitarismo e de uma lógica economicista que entram em contradição com necessidades humanas, mesmo em países mais desenvolvidos. Segundo Lang (2016, p.27), são parte do mal-estar gerado pelo modo de vida dos países desenvolvidos (e sabemos que também daqueles que estão em desenvolvimento): “a solidão, a depressão, o estresse permanente que causa múltiplas doenças físicas e mentais, inclusive letais; as relações humanas instrumentais, a falta de convivialidade, de tempo para compartilhar, ou até mesmo para desfrutar das coisas que se compra”. Há dados que mostram que, a partir de um patamar financeiro não muito alto, já não existe correlação entre o crescimento do PIB e o bem-estar da população de um país (Easterlin, 1974, como citado em Lang, 2016).

Em suma, projetos de desenvolvimento – sustentável ou não – se inserem em uma racionalidade que está associada a um modelo de exploração capitalista e opressão colonial/racial e patriarcal, estando mais focados nas gerações futuras do que nas atuais, ao não levar em conta questões como as injustiças ambientais. Tudo isso nos leva a concordar com Slang (2016, p.31), quanto à inutilidade de procurar um desenvolvimento diferente do que temos, um desenvolvimento sustentável, equitativo e/ou incluyente, “porque a própria noção de ‘desenvolvimento’ – se a olharmos a partir dos fatos gerados – contradiz os conceitos de sustentabilidade, de equidade, de inclusão”. Nisso reside a insustentabilidade do trabalho de Sísifo, o desenvolvimento.

O caso de Macaé

Macaé, até a chegada da Petrobrás, tinha cerca de 40 mil habitantes, uma extensa zona rural e a economia baseada na agricultura e na pesca. As transformações do município foram grandiosas, a população deu um salto para 90 mil habitantes no ano de 1990, chegando a 200.000 habitantes em 2010, segundo o Anuário de Macaé 2012, produzido pela prefeitura municipal. A urbanização avançou sobre áreas rurais e surgiram grandes parques industriais com a economia passando a ser quase que exclusivamente dependente dos Royalties do petróleo.

O município foi escolhido pela Petrobrás no final dos anos 1970 para as instalações da base de operações para extração *offshore* de petróleo na Bacia de Campos. Esse processo causou profundas transformações em Macaé, no contexto de uma combinação de industrialização e urbanização em níveis acelerados. O desenvolvimento de Macaé acompanha os ciclos da indústria do petróleo que, de acordo com Cruz (2016), podemos dividir em três momentos: a instalação propriamente dita, a abertura do mercado com a quebra do monopólio combinada a um crescimento exponencial da arrecadação com royalties e a descoberta dos campos do pré-sal.

Essas transformações, decorrentes do avanço do extrativismo de petróleo, podem ser divididas em ciclos e observadas inter-regionalmente, dentro da Região Fluminense do Extrativismo Petrolífero, que abrange as mesorregiões fluminenses, Região Norte, Região Noroeste e Região da Baixada Litorânea. Essas são as regiões que vão sofrer os principais impactos e transformações com a instalação da indústria do petróleo e as operações *offshore*, desde a Bacia de Campos ao Pré-sal. Macaé encontra-se na região Norte Fluminense (Cruz, 2016).

O segundo ciclo do petróleo, contado a partir da Lei do Petróleo de 1997 até 2007, repartiu os *Royalties* entre os municípios da região e iniciou um período de vasta e abundante riqueza em Macaé, caracterizando o ciclo das rendas petrolíferas nos municípios petrorrentistas. No entanto, nesse período, Cruz (2016) identifica que o saldo geral com gigantesco aporte de recursos nas economias dos municípios não foi muito positivo. Apesar da abundância de riqueza, a questão social avolumou-se em Macaé e por toda região.

Numa visão geral, salta aos olhos a constatação, nas pesquisas, do saldo negativo do ciclo das rendas petrolíferas nos municípios petrorrentistas. Após dez anos de acesso às rendas, as administrações municipais não lograram resultados positivos em termos de melhorias da infraestrutura urbana, assentamentos humanos, mobilidade, saúde, educação, mitigação de impactos ambientais negativos, eficiência da gestão pública, melhoria das condições de vida nas periferias, mitigação dos crescentes índices de violência, diversificação econômica, dentre outros; em alguns casos esses indicadores pioraram, deixando no ar uma sensação para além do mal uso desses recursos, ou seja, da ocorrência de desvios de recursos públicos para fins particulares (Cruz, 2016, p. 56).

O terceiro ciclo do petróleo, que começa por volta de 2008, com o início das operações de extração de petróleo do Pré-Sal, traz um tempo de poucas ocorrências de novas lutas ou novos movimentos. Somente após os impactos da crise que se agrava no país, a partir de 2013, novas lutas e movimentos emergiram.

É relevante lembrar que esse ciclo se deu sob forte incentivo dos governos federais do Partido dos Trabalhadores que lançaram Programas de Aceleração do Crescimento (PACs), que davam destaque às atividades de extração e beneficiamento do petróleo. Isso deu-se a partir de 2007, como parte de um programa neodesenvolvimentista, Trata-se, de acordo com Boito Jr. (2012), de um programa de política social e econômica que visa ao crescimento econômico capitalista, com algum grau de transferência de renda, mas preso aos limites do modelo econômico neoliberal. Entre suas decorrências, cabe destacar a reafirmação em novas bases da função primário-exportadora da economia brasileira no capitalismo internacional (Boito Jr., 2012).

Esse ciclo do petróleo iniciado em 2008 avança no sentido de internacionalizar ainda mais a região do Norte Fluminense. Após a chegada das multinacionais do petróleo em Macaé e região, no final da década de 1990, a construção do Porto do Açú, ao norte de Campos, criou uma ponte direta com os mercados internacionais. Nesse sentido, propôs-se a Macaé a construção de um segundo porto, de maiores proporções e capacidade para receber o petróleo diretamente dos navios.

[...] a partir da segunda metade da primeira década deste século, marcada pela expansão na produção do Pós-Sal, pelo início da produção do Pré-Sal e pela instalação do Porto do Açú, no contexto de investimentos e infraestrutura de logística portuária e de circulação de mercadorias, que configuram o avanço do processo de internacionalização da região, a partir de 2010 (Cruz, 2016, p. 52).

Esse processo de desenvolvimento em Macaé apoiou-se na indústria extrativista do petróleo. Esse salto que teve Macaé, principalmente após a Lei do Petróleo, em 1997, fez com que o município se autoproclamasse como a “Capital Nacional do Petróleo”. No bojo da crise

econômica que o país vem atravessando⁴, e em especial da crise da economia do petróleo, em amplitude mundial e especialmente nacional desde meados da década de 2010, Macaé sofreu fortes reflexos econômicos, mas não deixou de centrar sua economia nesse produto.

Em contradição com a poluente indústria do petróleo, Macaé avançou com suas políticas ambientais criando unidades de conservação municipais, abrigando outras federais e cria, por lei, o Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Mas será que há sustentabilidade e conservação ambiental tendo como principal fonte de recursos a poluente indústria extrativista do petróleo?

Por mais que as empresas de petróleo se coloquem como socioambientalmente responsáveis, desenvolvendo projetos como medidas compensatórias, previstas nas licenças de operação, estas funções não correspondem à atividade-fim das mesmas e nem mesmo está representada no projeto da empresa. Pelo contrário, a indústria petrolífera representa a própria materialização da essência do capitalismo moderno, ou seja, forjada na premissa desenvolvimentista de transformação e apropriação do território, não necessitando, portanto do desenvolvimento social para se reproduzir e se manter dominante, e sim de um grande arcabouço legal que garanta a apropriação da natureza por parte do Estado, em prol de interesses privados e de um modelo de desenvolvimento alheio à reprodução de modos de vida naturalmente desenvolvidos nos territórios antes públicos (Silva, Becker & Martins, 2015, p. 16).

Caso exemplar em que a indústria do petróleo ameaça a reprodução de modos de vida existentes no local pode ser visto na relação com pescadores artesanais. Estes são afetados pela degradação ambiental e altos riscos da atividade petroleira e ainda sofrem com a exclusão de áreas de pesca nas proximidades de empreendimentos petroleiros, como mostrado em Leal, Martins e Vieira (2019).

Com uma análise sobre as limitações à sustentabilidade de ser a cidade do petróleo, Silva, Becker e Martins (2015) apresentam importantes considerações acerca dessa viabilização em Macaé.

A identidade da cidade de Macaé está associada à economia do petróleo por meio do *slogan* de “Capital Nacional do Petróleo”, retórica que impregna o discurso dos atores sociais e representantes da classe política local. Esses atores que, de alguma forma exercem o poder decisório sobre a política de estruturação de territórios e que assumiram Macaé como Capital Nacional do Petróleo com propósitos políticos desenvolvimentistas, incluem representações da Indústria do Petróleo, a Organização dos Municípios Produtores de Petróleo – OMPETRO, criada por ocasião da I Feira Brasil Offshore, em 2007, e a representação do Comércio e Indústria local – ACIM (Silva, Becker & Lemes, 2015, p.2).

Nesse sentido analítico, somam-se a revisão de três recentes artigos sobre o desenvolvimento/crescimento de Macaé, os quais fornecem bons elementos para pensar essa análise.

O primeiro, de Neto, Brito e Reis Filho (2019), traz como proposta uma análise sobre a questão: o crescimento econômico se reflete em seu desenvolvimento social? O artigo faz uma pesquisa exploratória que combinou revisão bibliográfica com estudo descritivo de dados e indicadores socioeconômicos do município de Macaé.

Os resultados destacam a contradição entre o crescimento e o desenvolvimento social. Os indicadores analisados no aspecto do crescimento econômico foram: PIB, PIB *per capita*; ISS, ICSM municipal. Para avaliar a relação desses indicadores com o desenvolvimento social, foram trabalhados outros indicadores, a saber: IDH Municipal, Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS).

Os autores chegaram ao seguinte resultado:

Foi possível observar que Macaé, embora tenha apresentado altos e crescentes valores do PIB, PIB *per capita* e arrecadações de ICMS, ISS e *Royalties* e participações especiais até 2014, época da crise do valor do petróleo no mercado internacional, o município não apresentou crescimento relativo nos indicadores de IDHM e IFDM, que contemplam as dimensões econômicas e sociais. Macaé caiu da 4 posição no *ranking* estadual do IDHM em 2000 para a 7 posição em 2010, e caiu da primeira posição no IFDM em 2005 para 9 posição em 2014. [...]

No entanto, quando se analisa o IDMS 2018, que acrescenta as dimensões política, cultural e ambiental às dimensões Econômica (Emprego e Renda) e Social (Educação e Saúde), observa-se que Macaé está na 2ª posição do *ranking* estadual. Isso indica que, juntamente com os indicadores

⁴ Desde 2010, há um decréscimo do produto interno bruto (PIB) brasileiro, qe chegou ao crescimento de apenas 1,1% em 2019 (IBGE, 2020).

econômicos e sociais, o município apresenta comparativamente bons resultados em indicadores de outras dimensões como cultura, habitação, meio ambiente, participação social e gestão pública (Neto, Brito & Reis Filho, p. 45, 2019).

Esses resultados indicam que, para além das más gestões dos recursos dos *Royalties*, há um lastro positivo quando se incorporam variáveis da questão ambiental e cultural. Essas sinalizações merecem um estudo mais aprofundado, mas arriscamos dizer que, por ter tido ocorrências de combativos movimentos sociais ambientais, Macaé, pode ter adquirido um capital cultural que de alguma maneira se reflete no bom resultado do Indicador de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS).

O segundo artigo, de Ribeiro e Sandzer (2019), tem por objetivo investigar a inserção e dependência de Macaé da indústria extrativista do petróleo. Para isso foi feita uma análise econômica-financeira do município de Macaé dos anos 2000 a 2017 e foi observada a evolução das receitas, além do comportamento contraditório das despesas correntes.

No contexto das receitas, dois pontos são considerados marcos importantes para os autores no decorrer do processo: as duas grandes crises externas de 2007/2008 e a crise de 2014. Em ambos os momentos há retração das receitas, no primeiro momento, como resultado da crise de liquidez que se abateu sobre o mercado financeiro e, no segundo, como consequência dos conflitos dentro da indústria do petróleo que causou desvalorização de mais de 50% no preço do barril, levando à retração de receitas de 2014 a 2017.

Os autores fazem forte crítica ao fato de o município de Macaé, apesar de dependente de uma *commodity* globalizada, descuidou-se com as variações do petróleo no mercado e, além disso, não há plano B em relação à dependência do petróleo.

Em terceiro lugar, um estudo de Martins, Molisani e Rocha (2019) compila algumas evidências empíricas sobre a situação ambiental de Macaé. Nesse artigo, dados de 2017 mostram alterações ambientais nas águas e vegetação (mata nativa). Se mantidas na mesma tendência, tais alterações podem afetar negativamente o provimento de serviços ecológicos e econômicos para a população do município, no que se refere a temas como regulação climática, disponibilidade de água e alimentos, reprodução da biodiversidade, manutenção da beleza cênica e controle de doenças.

O artigo de Martins et.al (2019) revela o comprometimento do estoque de águas da Bacia do Rio Macaé, no trecho onde se dão as principais captações para uso industrial e humano; e o comprometimento da qualidade das águas de 60 a 80%, em trechos de adensamento humano e na foz do Rio Macaé, em função de atividades humanas urbanas e agropecuárias. O mesmo comprometimento da qualidade é sentido na Lagoa de Imboassica, sobretudo em função do lançamento, durante décadas, de esgoto não tratado. Quanto à supressão de mata nativa, em 2017 detectou-se 44,2% de fragmentos de floresta, o que aproxima o município do limiar de 30% de presença de florestas em regiões de Mata Atlântica, que Bank-Leite (2014, como citado em Martins et.al., 2019) classifica como limite para ter a possibilidade do ecossistema prover bens e serviços ecológicos e socioeconômicos.

Aqui tem-se um gancho importante para pensar se, de fato, podemos falar em um desenvolvimento sustentável em Macaé. Nesse sentido, vale uma leitura sobre a *Agenda 21* local, que absorveu os movimentos sociais ambientais em sua dinâmica.

A *Agenda 21* em Macaé começou a ser constituída em 1997, vinculada à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e com ênfase na educação ambiental. Foi criada legalmente em 2002. A partir de 2006, tornou-se um Fórum Permanente, congregando instituições do mercado, do poder público municipal e da sociedade civil organizada. Em 2010, passou a integrar a Câmara Permanente de Gestão da Prefeitura. Esse *Fórum Permanente da Agenda 21* teve participação decisiva na elaboração do Plano Diretor da cidade, deixando uma marca ambiental positiva no documento, garantindo um processo participativo na implementação e fiscalização do Plano Diretor.

A *Agenda 21* local de Macaé elaborou alguns projetos como: controle social – dos fóruns participativos às previsões orçamentárias; *Revitalizando o Rio Macaé* – fomento à produção de mudas nativas; *Fiscalização Ambiental*; *Agenda 21 nas escolas*; Revisão do plano diretor municipal; oficinas para a sustentabilidade; diálogos com a *Agenda 21*. Além desses projetos, algumas conquistas são atribuídas ao Fórum Permanente:

Como conquistas pontuais direta e indiretamente atribuídas às ações do Fórum, destacam-se algumas: concepção participativa na elaboração do Plano Diretor Municipal; regularidade na realização de conferências municipais, sempre apoiadas pelo Fórum; interface com os conselhos municipais; participação na realização da Conferência da Cidade e na construção do Conselho da Cidade; gestões e apoio para a criação da Secretaria da Pesca de Macaé; criação do CEAC (Centro de Educação Ambiental e Comunitária) em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente; criação da Casa dos Conselhos; proposição e gestões para a criação do Programa “Pagamento por Serviços Ambientais – PSA”; utilização das deliberações de conferências como base de dados para revisões de leis, planejamento orçamentário e proposições de políticas públicas; sensibilização de candidatos aos pleitos eleitorais para as questões ambientais e relacionadas à sustentabilidade; difusão do conceito de sustentabilidade a todas as áreas do governo municipal; proposição de criação de unidades de conservação; promoção de parcerias para a otimização de projetos ambientais (Tavares, 2015).

Entretanto, mesmo com todas essas construções da *Agenda 21*, ainda assim o município não conseguiu avançar em proposições que o levem além da dependência do petróleo. O *Fórum permanente da Agenda 21* tinha uma página na internet que era sempre atualizada, mas que desde 2016 não recebe mais nenhuma atualização.

Considerações finais

O trabalho destacou a importância de se buscar análises que levem em consideração a centralidade da questão ambiental na vida humana. Sob as perspectivas da epistemologia ambiental e da ecologia política, buscou-se apresentar os caminhos do desenvolvimento, da sua origem e separação global entre desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Nesse caminho, passou-se pelas conferências e comissões das Nações Unidas na tentativa da construção de um desenvolvimento sustentável. Entretanto, o que se percebeu é que as proposições elaboradas culpabilizam os pobres pela pobreza e degradação ambiental. O relatório *Brundtland* faz a conceituação de desenvolvimento sustentável e coloca que a meta global deveria focar-se nessa perspectiva. Em seguida, a *Rio-92* apresenta uma metodologia de ação para se alcançar o desenvolvimento sustentável, a *Agenda 21*.

A crítica apresentada no trabalho pelo olhar de diferentes autores é centrada no aspecto de que as ideias do desenvolvimento sustentável estão escoradas no crescimento econômico e nas políticas de ajuste neoliberais

A partir desses pontos, apresentou-se o olhar para o caso de Macaé, cidade do interior do Estado do Rio de Janeiro, que experimentou um *boom* de crescimento com explosão demográfica desde a instalação da indústria extrativista do petróleo. O que se viu foi um crescimento econômico na cidade que não se reverteu em erradicação da pobreza.

Apesar da ocorrência de movimentos sociais ambientais na cidade e de uma forte organização da *Agenda 21*, esse olhar preliminar não alcançou uma confirmação de desenvolvimento sustentável em Macaé. Como escrevem Silva, Becker e Martins (2015), para que Macaé e os demais municípios do Norte Fluminense atinjam maior equilíbrio nos projetos de desenvolvimento territorial, faz-se necessário rever a prioridade absoluta concedida às atividades petrolíferas, altamente concentradoras de riquezas, em detrimento de outras atividades que promovem a reprodução de modos de vida mais sustentáveis, tais como a pesca artesanal.

Em suma, Macaé mantém-se distante de um ideal de desenvolvimento sustentável porque seu crescimento econômico não significou avanço nos índices de desenvolvimento social nem de desenvolvimento sustentável, apresentando evidências de desigualdade social e de degradação ambiental. Isso foi demonstrado na discussão dos resultados, respectivamente pelo pouco crescimento e posterior queda dos indicadores sociais IDHM e IFDM (Neto, Brito & Reis Filho, 2019), e por evidências de degradação ambiental como o comprometimento do estoque e da qualidade das águas da Bacia do Rio Macaé e a supressão de quantidades de mata nativa necessárias ao suprimento de serviços ecossistêmicos (Martins, Molisani & Rocha, 2019).

Ao que se observa, essa tendência ainda é mantida, mas vai perdendo aos poucos o verniz de sustentável que as ações da *Agenda 21* local implementou. Não se constituiu nenhum projeto ou “plano B” em relação à dependência da indústria do petróleo; contrariamente, a aposta atual para recuperação do crescimento é mais do mesmo, fortalecer essa mesma indústria. A principal aposta do governo local para enfrentar a crise é a construção de um

segundo porto na cidade, para atender aos interesses internacionais da indústria do petróleo. Junto desse empreendimento de forte impacto ambiental está sendo construído mais um grande condomínio industrial para as empresas. Por fim, há preocupação com a campanha para que se diminuam os *royalties* que as petrolíferas pagam aos estados e municípios do Brasil.

Para além dessas limitações relacionadas à realidade específica de Macaé, existem dificuldades inerentes às relações neocoloniais em que o desenvolvimento se insere como projeto de modernidade. Do modelo neoextrativista do qual a economia macaense do petróleo faz parte, derivam a fragilidade face às crises econômicas, a dependência econômica externa, a exclusão de indivíduos e coletividades, cujos modos de vida são subjugados pelas atividades econômicas dominantes, a exploração dos trabalhadores e a superexploração da natureza. Outros limites, inerentes ao próprio conceito de desenvolvimento, também se aplicam global e localmente, com destaque à impossibilidade de haver recursos naturais suficientes para um crescimento econômico constante e inclusivo.

Referências

- AGENDA 21 GLOBAL, 1992. Recuperado em 10 de setembro de 2019 em <http://www.mma.gov.br>
- AGENDA 21 BRASILEIRA: Ações prioritárias. 2002. Recuperado em 15 de setembro de 2019, em <http://www.mma.gov.br>
- Alimonda, H. (2017). En Clave de sur: la ecología política latino-americana y el pensamiento crítico. In: Ecología política latinoamericana: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica Tomo I - Facundo Martín. (1a ed.) . - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; México: Universidad Autónoma Metropolitana ; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ciccus.
- Aráoz, H. M. (2017). “América Latina” y la ecología política del sur. Luchas de re-existencia, revolucion epistémica y migracion civilizatória. In: Ecología política latinoamericana: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica / Héctor Alimonda ... [et al.]; Tomo II - Facundo Martín. (1a ed). - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; México: Universidad Autónoma Metropolitana ; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ciccus.
- Boito Jr., A. (2012) *As bases políticas do neodesenvolvimentismo*. São Paulo: Fundação Getulio Vargas. Recuperado em 03 de março de 2017, <<http://bibliotecadigital.fgv.br>>.
- CARTA DA TERRA. Recuperada em 13 de junho de 2020, <http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/text..html>>.
- Cruz, J. L. V. (2016). Novas perspectivas de análise da dinâmica socioeconômica e territorial da região fluminense do extrativismo petrolífero. *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, n.9 49-67.
- Dos Santos, T. (2015). *Teoria da dependência: balanços e perspectivas*. Obras escolhidas. (2.ed.) V.1. Florianópolis: Insular.
- Homero (2009). *Odisséia*. Tradução de Manoel Odorico Mendes. eBooksBrasil.
- Lang, M. et.al (2016). *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. (1.ed.) São Paulo: Elefante, 2016.
- Leal, G. F.; Martins, R.L.; Vieira, T. W.M. (2019). Pescadores artesanais, indústria do petróleo e neodesenvolvimentismo: conflitos e injustiça ambiental. In: FLORIT, L. F. et.al. *Ética socioambiental*. (1. ed.). São Paulo: Manole, pp.635-655.
- Leff, E. (2003). La ecología Política em América Latina: un campo em contrucción. *Revista Sociedade e Estado*, 18 (1/2), 17-40.
- _____. (2009). *Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental*. (2.ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- _____. (2012). *Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes* (1.ed.). São Paulo: Cortez.
- Loureiro, C. F. B. *O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política*. (2.ed.) Rio de Janeiro: Quarter.
- Marini, R. M.. (2010). A crise do desenvolvimentismo. In: CASTELO, R. *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. (4.ed.) Rio de Janeiro: Ed. Pão e Rosas.

- _____. (2011). A dialética da dependência. In: TRAPADINI, r.; STEDILE, J.P. (2.ed.). *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra.* São Paulo: Expressão Popular.
- Martinez-Alier, J. (1998) *Da economia ecológica ao ecologismo popular.* (2.ed.). Blumenal: Editora da Furb.
- _____. (2017). *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração.* (2. ed). São Paulo: Contexto.
- Martins, R.L.; Molisani, M.M; Rocha, G.B. (2019). Impactos e perspectivas ambientais diante da crise do petróleo e da reestruturação social e produtiva de Macaé. In: SILVA, S.R.A.; CARVALHO, M.R. (org.). *Macaé, do caos ao conhecimento: olhares acadêmicos sobre o cenário da crise econômica.* (1.ed.) Macaé: Prefeitura Municipal de Macaé 312-326.
- Neto, R.S.; Brito, F.S.R.; Reis Filho, P.G. (2019) Crescimento versus desenvolvimento socioeconômico: Uma análise do Município de Macaé a partir dos anos 2000. In: SILVA, S.R.A.; Carvalho, M.R. (org). *Macaé, do caos ao conhecimento: olhares acadêmicos sobre o cenário de crise econômica.* (1.ed.). Macaé: Prefeitura Municipal de Macaé.
- NOSSO FUTURO COMUM. (1991) Comissão mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. (2. ed). Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, 2015. Recuperado em 13 de junho de 2020. <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>
- Paganoto, F. (2008). Mobilidade e Trabalho em Macaé/RJ, a “Capital do Petróleo”. *Dissertação de Mestrado*, UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Parra-Romero, A. (s/d) Por qué pensar um giro decolonial en el análisis de los conflictos socioambientales em América Latina? Recuperado em 29 de março e 2018, www.ecologiapolitica.info/?p=6006.
- Piquet, R. (2019). Impactos da indústria do petróleo no Note Fluminense. In: HERCULANO, S.; CORREA, H. D. *Introdução: a oficina sobre impactos sociais, ambientais e urbanos das atividades petrolíferas – o caso de Macaé (RJ).* Niterói.
- Porto-Gonçalves, C.W. (2017). *A globalização da natureza e a natureza da globalização.* (7.ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Ribeiro, A.C.; Sandzer, K.R.A. (2019) Cenários da economia do petróleo no Brasil: inserção e perspectivas do município de Macaé. In: SILVA, S.R.A.; CARVALHO, M.R. (org.). (1.ed.) *Macaé, do caos ao conhecimento: olhares acadêmicos sobre o cenário de crise econômica.* Macaé, Prefeitura Municipal de Macaé.
- Silva, J.A.A.; Becker, B.R.; Martins, R.L. (2015) Macaé e a sustentabilidade do projeto de “capital nacional do petróleo”. *Revista Espaço e Economia* [Online], n.7.
- Silva, M.G. (2010). *Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao serviço social.* (2.ed.). São Paulo: Cortez.
- Soffiati, A. (2016). *Do global ao local: reflexões sobre ecologismo e eco-história.* (1.ed.). Rio de Janeiro: Editora Autografia.
- Svampa, M. (2012) Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. In: OSAL (Buenos Aires: CLACSO) año XIII, n. 322012.
- _____. (2019). *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, guinada ecoterritorial e novas dependências.* (1.ed.). São Paulo: Elefante.
- Tanuro, D. (2012). *O impossível capitalismo verde.* (3.ed.). Lisboa: Edições Combate.
- Tavares, F.M.M. (2015). Histórico de atividades da Agenda 21 Macaé. Dans GAGNON, C (Ed) Guide quebecois pour des Agendas 21 siecle locaux: applications territoriales de developpement durable viable. Recuperado em 26 de novembro de 2019, <http://demarchesterritorialesdedevloppemntdurable.org/macaee-brasil/>